

O AGRONEGÓCIO E A ESCASSEZ PRODUZIDA

Autor: Cristina Assis Parada¹

Filiação institucional: Universidade de São Paulo

E-mail: cristina.parada@usp.br

RESUMO: Esta pesquisa busca contribuir com o debate sobre a produção do agronegócio e a questão alimentar e nutricional no atual período técnico-científico-informacional, de modo a analisar as manifestações da fome na formação socioespacial brasileira. Levando-se em consideração o funcionamento combinado da tecnosfera e psicosfera, pretende-se apreender o campo brasileiro e a difusão da agricultura moderna a partir de densidades técnicas e informacionais. Em seguida, almeja-se ponderar a distribuição da prevalência de insegurança alimentar leve, moderada e grave nos domicílios brasileiros como aparente paradoxo da produção agropecuária. Ressalta-se, por fim, a pobreza estrutural globalizada como reflexo perverso da escassez produzida pelo agronegócio.

Palavras-chave: agronegócio, fome, formação socioespacial

GT – 16: Transformações no campo e nas cidades em um contexto de globalização

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Mendes Antas Jr.

1 - INTRODUÇÃO

Este artigo aborda questões suscitadas no processo de desenvolvimento do mestrado em Geografia Humana, ainda em andamento, cuja temática perpassa pelas diferentes manifestações de fome no território brasileiro. Nesse sentido, partimos do entendimento do espaço como uma “instância da sociedade”, um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2012), de modo a debatermos a questão alimentar e nutricional e sua relação inerente à formação socioespacial (SANTOS, 1979) brasileira.

A partir da categoria de formação socioespacial, apreendemos de maneira interdependente o modo de produção, a formação social e o espaço (SANTOS, 1979). Sendo assumida tal categoria, distanciamos-nos da minimização do papel do espaço em relação à sociedade na Geografia.

Para Milton Santos, a combinação de formas espaciais e de técnicas acaba por compor aquilo que chama de atributo do espaço. Mas, a cada momento histórico, uma formação social estabelece a função da forma espacial. A maneira como se configura a redistribuição das funções dadas às formas geográficas, isto é, aos objetos, vincula-se ao modo de produção e sua realização na e pela formação social (SANTOS, 1979).

O espaço seria, portanto, uma síntese transitória entre o conteúdo do social e as formas espaciais. A sociedade agindo sobre o espaço pressupõe que a ação não se faz plenamente sobre os objetos em sua realidade física, mas essencialmente em sua realidade social, sendo, portanto, forma-conteúdo. Isso significa dizer que a ação se dá sobre objetos que são portadores de ações concluídas, no entanto, ainda presentes (SANTOS, 2012).

Pensar a questão alimentar e nutricional no período técnico-científico-informacional nos remete aos pilares do atual meio geográfico, a tecnosfera e a psicofera (SANTOS, 2012). Os espaços da globalização se constituem pela presença conjunta de tais conteúdos. “Ao mesmo tempo em que se instala uma tecnosfera dependente da ciência e da tecnologia, cria-se, paralelamente, e com as mesmas bases, uma psicofera” (SANTOS, 2012, p. 255).

Para debatermos tais questões, o presente artigo é composto por duas seções, além da introdução e das considerações finais. A primeira seção discorre, fundamentalmente, sobre o campo brasileiro e a agricultura moderna, analisando-se o agronegócio em sua combinação de tecnosfera e psicofera. A segunda seção aborda o sentido da produção do agronegócio como indutor da fome no território brasileiro, apresentando-se dados sobre os últimos inquéritos de insegurança alimentar no Brasil. E, por fim, discute-se a perversidade do atual período de pobreza estrutural globalizada, em que se coloca o agronegócio como face de uma escassez produzida.

2 - O AGRONEGÓCIO E A COMBINAÇÃO DE TECNOSFERA E PSICOSFERA

Pensando-se o processo de transformação do território nacional atrelado ao espaço da economia global, Milton Santos e María Laura Silveira analisam o campo brasileiro e a difusão da agricultura moderna no período da globalização, tornando evidente a mecanização da produção em grande escala mediada por objetos técnicos pujantes (SANTOS e SILVEIRA, 2013).

Em tal período de globalização, a constituição do meio técnico-científico-informacional se faz pela sobreposição de ciência, tecnologia e informação, sendo ao mesmo tempo produto e condição do desenvolvimento do trabalho material e intelectual necessários à produção. Há, nesse sentido, o movimento desigual e combinado nos territórios em que a tecnosfera se instala em períodos distintos e que, paralelamente, se apresenta uma tendência à generalização de uma psicofera.

Milton Santos e María Laura Silveira salientam ainda que, no campo, esse espraiamento do meio técnico ocorre no território brasileiro de maneira desigual, perpassando por diferentes objetos, assim como o uso de tratores, semeadeiras, cultivadores, ceifadores e colhedoras de tração mecânica, além do sistema técnico que sustenta a difusão da agricultura de precisão (SANTOS e SILVEIRA, 2013).

Milton Santos, ao considerar que objetos são fabricados pelo homem para serem também fábrica de ação, nos apresenta a noção dos sistemas de objetos inseparável dos sistemas de ações, sendo, nesse sentido, tal indissociabilidade o espaço. Devemos entender, portanto,

que o valor do objeto decorre de sua potência e contribuição para a produtividade econômica, assim como das outras ações (SANTOS, 2012).

De acordo com Milton Santos e María Laura Silveira,

Se a maquinização, a quimização e o crédito são, nos dias de hoje, pilares da agricultura moderna, esta não se realiza sem um discurso científico que ajude a transformar os padrões de consumo. Informações e conselhos sobre saúde, medicina e alimentação tornam-se normas para novos consumos alimentares, que não raro ofuscam os interesses do chamado *agrobusiness* (SANTOS e SILVEIRA, 2013, p. 130).

Delineia-se, nesse sentido, o processo de subordinação às lógicas globais que são colocadas por atores hegemônicos e que se utilizam de objetos técnicos restritivos. Assim, o uso de objetos modernos acaba sendo limitado à pequeno grupo de firmas e condicionando a ações excludentes (SANTOS e SILVEIRA, 2013).

A reestruturação produtiva da agropecuária sustentada pelo período técnico-científico-informacional foi inicialmente posta nas Regiões Sudeste e Sul, chamada por Milton Santos de Região Concentrada (SANTOS e SILVEIRA, 2013), e na Região Centro-Oeste, sendo caracterizada pela alta mecanização da produção agropecuária. Nessas regiões diz-se que o meio técnico-científico-informacional se dá com contiguidade, sendo constituídas de sistemas técnicos e sistemas normativos que asseguram a permanência de uma agricultura científica (ELIAS, 2012).

Em áreas cuja presença da esfera técnica-científica se expande, são possíveis fluxos multilaterais que caracterizam manchas de adensamento e sobreposição de meios técnicos. A Região Concentrada é, portanto, uma área onde o espaço é considerado fluido, permitindo que os diversos elementos da produção possam deslocar-se sem que haja perda da economia hegemônica (SANTOS e SILVEIRA, 2013).

Constituem-se pontos que são escolhidos para receber investimentos e assim se transformam em pontos de modernização da economia e do território. Conforme Denise Elias,

A partir da dialética na organização dos espaços agrícolas recentemente incorporados à produção intensiva e utilizando para análise a categoria dos *circuitos espaciais da produção* proposta por Santos (1988)², é possível vislumbrar vários circuitos produtivos vinculados ao agronegócio globalizado, a formar diferentes arranjos

² SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

territoriais produtivos. Nestes territórios, os espaços agrícolas compõem pontos das redes de fluxos rápidos, que conectam as áreas consideradas para análise diretamente com os centros de poder em nível mundial, ou seja, a escala local está articulada com a internacional, e o território organiza-se a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado. Estes novos arranjos territoriais produtivos inerentes ao agronegócio são os novos territórios da exclusão (ELIAS, 2012, p. 35).

O que se tem são cidades do agronegócio estruturando as regiões produtivas do agronegócio, agindo como vetores da reorganização do território brasileiro. Assim se distribuem especializações que são colocadas às cidades do agronegócio e que, de acordo com Denise Elias, podem ser melhor apreendidas a partir do entendimento e verificação das distintas etapas do processo produtivo (ELIAS, 2022).

Analisar a reestruturação produtiva da agropecuária possibilita, dessa maneira, analisar as consequências socioespaciais advindas do modelo de produção do agronegócio globalizado (ELIAS, 2022).

Denise Elias também discute os fundamentos que sustentam o agronegócio brasileiro e que, do mesmo modo, são os percalços para a composição de uma sociedade mais democrática. Para tanto, é proposto o debate sobre os mitos que escoram o agronegócio e que estimulam um imaginário partidário com o arranjo de uma psicosfera do agronegócio (ELIAS, 2021).

Milton Santos pondera que em cada momento existem verdades e são criados os mitos. O que se coloca é o “imperativo da exportação” (SANTOS, 1999), apresentado aos países como uma condição de recurso salvador. A força dessa doutrina se impõe de maneira tão intensa que se aproxima do “agir como se o próprio território devesse também ser exportado” (SANTOS, 1999).

Quanto aos elementos definidos pelos signos, tem-se a ideologia que sustenta o agronegócio sendo formulada por mitos que são reproduzidos pela indústria cultural brasileira, a partir de campanhas publicitárias, como as promovidas pela Rede Globo de Televisão. Criase, assim, um “imaginário social” (ELIAS, 2021) favorável ao agronegócio, como a campanha “Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo”, disseminada a partir de 2016 e constantemente repetida pelos canais de comunicação.

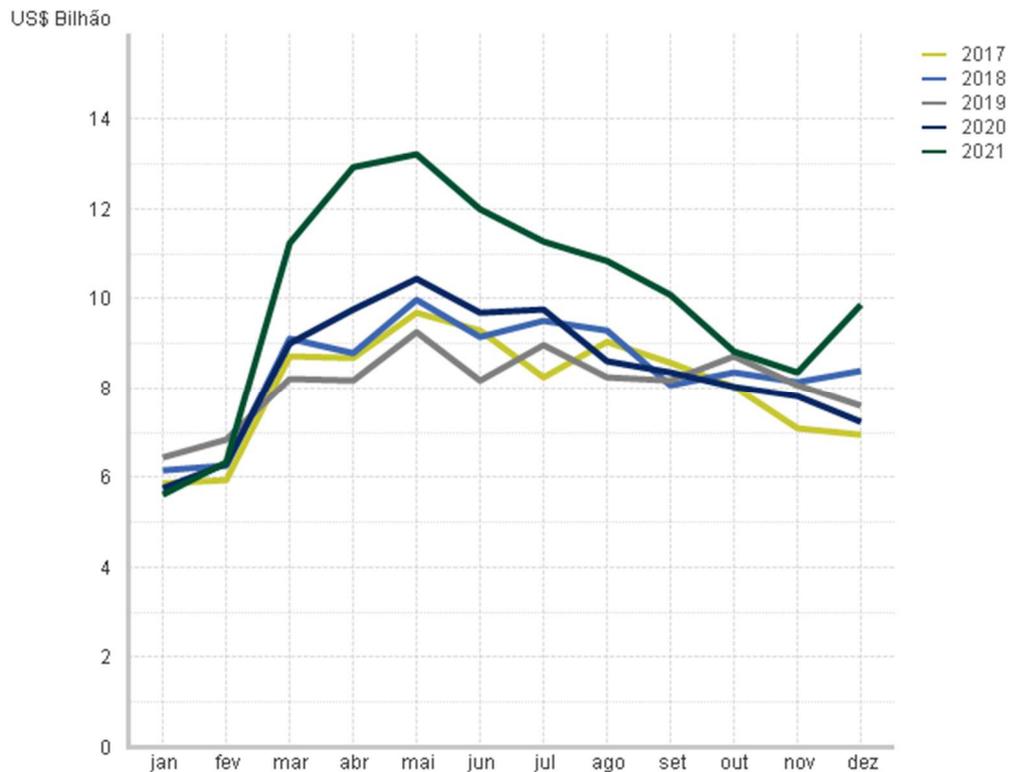
O agronegócio também envolve um conjunto de atividades que se interpenetram e que se constituem a partir de “pacotes tecnológicos intensivos em capital e tecnologia (conjunto de insumos químicos, mecânicos e biotecnológicos), que transformam os sistemas técnicos agrícolas e difundem um padrão estandardizado de produção” (ELIAS, 2021, p.5).

Tais atividades são reguladas pelas relações de produção globalizadas e permeadas pelos interesses dos agentes hegemônicos, como corporações multinacionais atuantes na produção agropecuária e agroindustrial, agroquímica, tradings, redes de supermercados, entre outras empresas monopolistas. Também se acrescenta o Estado e os grandes proprietários de terra (ELIAS, 2021).

O Estado é considerado um dos principais pilares do agronegócio, sendo submetido aos interesses dos agentes hegemônicos e concedendo aporte aos mesmos (ELIAS, 2021). Esse quadro tem se expandido ainda mais com a atuação no Congresso Nacional da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), também chamada de Bancada Ruralista. É composta por membros que passam a ocupar posições relevantes no legislativo e no executivo, de modo a defender interesses do setor. “Dentre as prioridades atuais estão a modernização da legislação trabalhista, fundiária e tributária, além da regulamentação da questão de terras indígenas e áreas quilombolas, a fim de garantir a segurança jurídica necessária à competitividade do setor” (FPA, 2022).

Em 2021, as exportações brasileiras do agronegócio superaram os US\$ 120,5 bilhões em divisas, sendo contabilizados, desse montante, 39,82% e 16,47% de exportações do complexo de soja e de carnes, respectivamente (AGROSAT, 2022). Conforme gráfico 1, os indicadores gerais do agronegócio apontam os recordes alcançados em 2021, quando analisados os dados dos últimos cinco anos.

Gráfico 1 - Exportações Brasileiras do Agronegócio por mês – últimos 5 anos



Fonte: AGROSAT (2022)

Assim, o agronegócio, em 2021, fechou sua balança comercial com superávit de US\$ 105,01 bilhões, tendo o crescimento de 19,8% em relação ao apurado em 2020 e 19,1% diante de 2018, antigo recorde brasileiro. Importante ressaltar que, mesmo com o período de sanções impostas pela China à carne bovina brasileira, esse quadro de crescimento manteve-se (KRETER e PASTRE, 2022).

Quanto ao mercado internacional de commodities agropecuárias e considerando os resultados da safra de grãos de 2020-2021, o Brasil manteve-se como principal produtor e exportador de soja e terceiro principal produtor de milho (KRETER e PASTRE, 2022). O país ainda é o segundo maior produtor e principal exportador de carne bovina, sendo essa carne a de maior expressividade na pauta de exportações em relação às proteínas animais (KRETER e PASTRE, 2022).

Para Maria Adélia A. de Souza, a Geografia das Desigualdades serviria para a apreensão dos processos sociais no atual período de globalização e que abarcaria o processo de

apropriação desigual do valor, ou seja, o valor de uso em contraposição ao valor de troca.

Assim, para a autora,

A comida é valor de uso para todos os seres humanos, é condição da existência humana. A falta de alimentação implica na morte. No entanto, o alimento é valor de troca para poucos, que nos mercados mundiais lidam com as leis da abundância e da escassez, objetivando o processo de acumulação capitalista (SOUZA, 1995, p. 3).

O par dialético abundância/escassez, como resultante das relações mercantis, tomam formas distintas neste período técnico-científico-informacional (SANTOS, 2012; SANTOS, 2013), permitindo o desenvolvimento das técnicas de produção e o consequente aumento produtivo de alimentos, ao mesmo tempo, exacerbando a polaridade entre a escassez e a abundância. “Logo, a noção de escassez vinculada a hecatombes, determinismos geográficos, etc. caiu por terra. A escassez hoje é, sobretudo, socialmente produzida; opera-se uma mudança qualitativa do seu caráter” (SOUZA, 1995, p. 3).

3 - O AGRONEGÓCIO E A PRODUÇÃO DA FOME

Em 2021, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) publicou o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil realizado em 2020, o qual apresentou os impactos da pandemia refletidos no agravamento da Insegurança Alimentar, reforçando tal movimento como parte de um processo do aumento de desigualdades sociais no território brasileiro (REDE PENSSAN, 2021).

Para o inquérito sobre a Segurança Alimentar (SA) e Insegurança Alimentar (IA), utilizou-se a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), revisada e posta em sua versão de oito questões relativas a eventos ocorridos nos três meses antecedentes à entrevista. A adoção desse método, com adaptações, permitiu a comparação dos níveis de segurança alimentar aferidos em inquéritos nacionais conduzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 2002 e 2018 (REDE PENSSAN, 2021).

A EBIA corresponde a uma adaptação do método psicométrico elaborado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (United States Department of Agriculture - USDA), em meados da década de 1990. Ocorreu, nesse sentido, o processo de validação

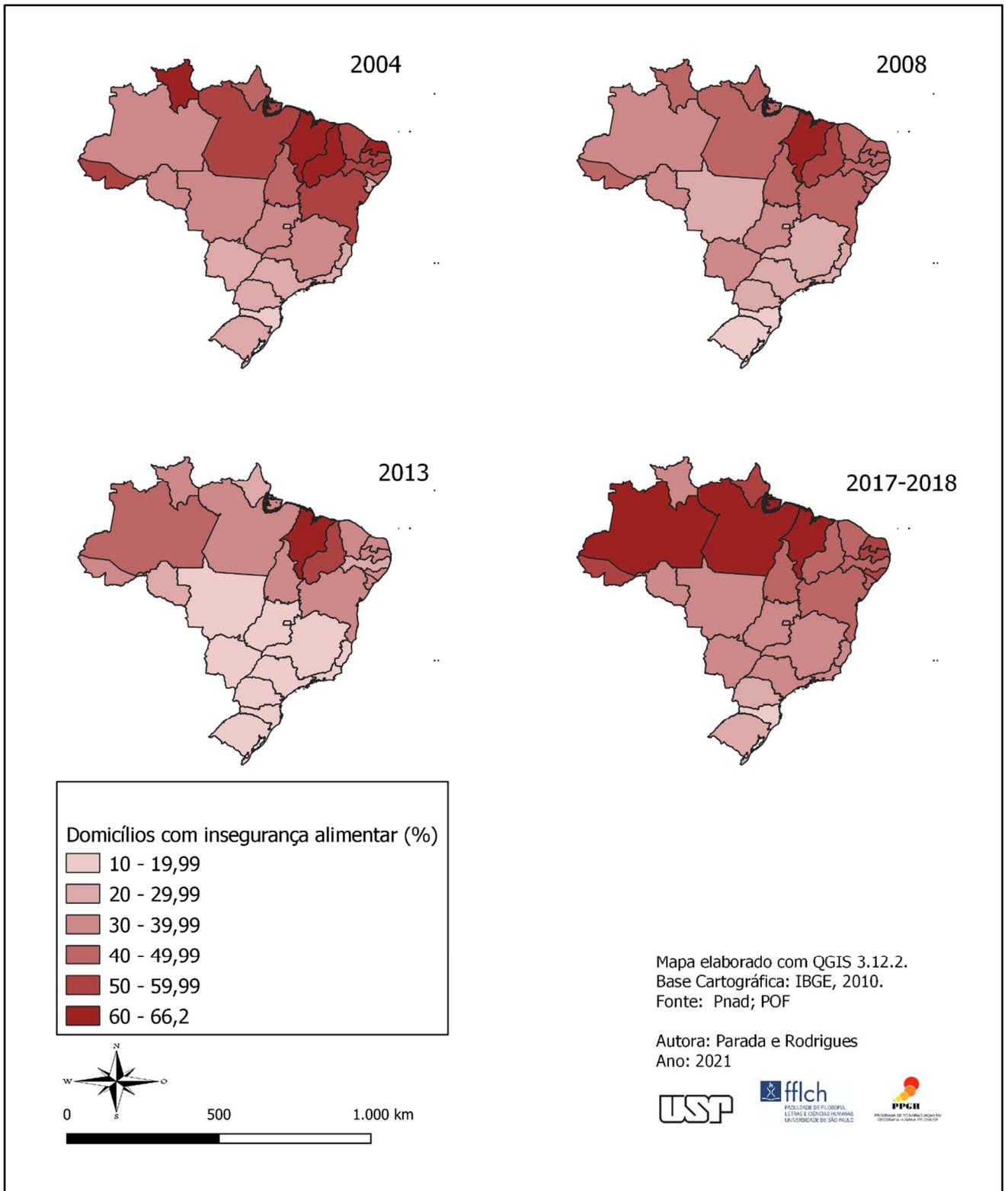
conduzido por grupo de pesquisadores de universidades brasileiras, com a coordenação no Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (IBGE, 2020).

As pesquisas sobre os níveis de segurança alimentar promovidas pelo IBGE ocorreram nos anos 2002/2003, 2008/2009, 2013 e 2017/2018, sendo validada a escala com 15 perguntas, onde cada questão corresponde a um evento e sendo seguida de quatro alternativas de verificação de ocorrência para tal evento. A EBIA aplicada permitiu classificar os domicílios brasileiros, segundo quatro categorias de segurança alimentar: Segurança Alimentar (SA), Insegurança Alimentar leve (IAL), Insegurança Alimentar moderada (IAM) e Insegurança Alimentar grave (IAG).

Ao analisar o período indicado no Mapa 1, entre os anos de 2004 e 2018, verificou-se o agravamento da questão alimentar, sendo expressiva a redução de prevalência de domicílios no território brasileiro que tinham acesso à alimentação adequada, seja quantitativamente ou qualitativamente. Observou-se, inversamente, o aumento da prevalência de domicílios que viviam alguma situação de IA. Assim, ao compararmos os resultados de 2017-2018 com 2013, notamos que a IA Leve teve um aumento de 62,2%. Entre 2013 e 2017-2018 também houve aumento brusco dos graus mais severos de insegurança alimentar, verificando um aumento de 76,1% da IA moderada e 43,7% da IA grave (IBGE, 2020).

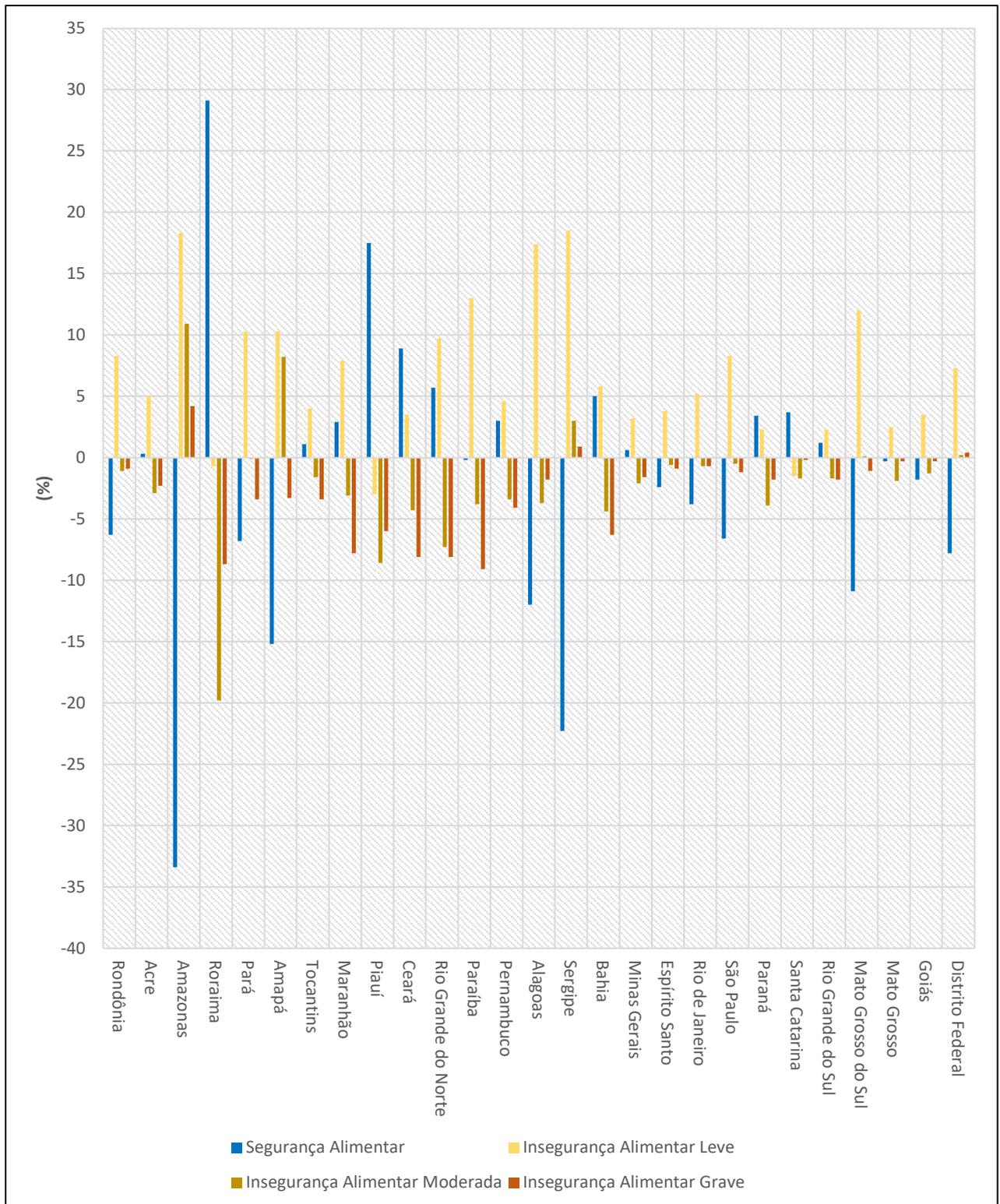
Quanto ao gráfico 2, é possível visualizar a dinâmica da prevalência de segurança alimentar e insegurança alimentar leve, moderada e grave nos domicílios do território brasileiro nos últimos anos, de acordo com as unidades federativas. Assim, consideramos a diferença entre os índices apresentados em dois períodos. O período inicial, referente ao inquérito realizado em 2004, e o período final, correspondente ao inquérito de 2017-2018. Cabe ressaltar que, em 2017-2018, apesar de termos um cenário de ampliação das desigualdades socioespaciais brasileiras, ainda não convivíamos com o quadro da pandemia de COVID-19 associado à exacerbação do número de famélicos.

Mapa 1 – Distribuição dos domicílios com insegurança alimentar



Fonte: IBGE (2006; 2010; 2014; 2020)
 Elaborado pela autora (2021)

Gráfico 2 – Dinâmica da prevalência de segurança alimentar e insegurança alimentar leve, moderada e grave nos domicílios: 2004 a 2017/2018.



Fonte: IBGE (2006; 2010; 2014; 2020)
 Elaborado pela autora (2022)

São diversas as especificidades que indicam as variações de tais percentuais. No entanto, ressaltamos que o agravamento da questão alimentar se deu devido às crises econômica e política do Brasil, atreladas ao desmonte de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional dos últimos anos, como o abandono ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)³, bem como os ataques aos programas de alimentos da agricultura familiar, como o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁴.

Para que se tornasse possível a comparação com os dados obtidos pela REDE PENSSAN em 2020, reanalisou-se as estimativas das Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004, 2009, 2013 e a POF 2017-2018, utilizando as mesmas perguntas da EBIA do Inquérito VigiSAN de 2020.

Desse modo, verificou-se que, em 2004, o índice de segurança alimentar no território brasileiro era de 64,8%, atingindo o percentual de 77,17% em 2013. No intervalo entre 2004 e 2013 notamos o aumento bastante significativo da SA e a redução da IA, especialmente a sua forma mais grave. Em 2017-2018, o percentual de segurança alimentar já havia retrocedido, alcançando 63,3% da população brasileira, ou seja, apresentando níveis mais baixos até mesmo que em 2004 (REDE PENSSAN, 2021).

Cabe enfatizar que, assumindo a normatização do espaço geográfico pelas ações a partir do entendimento do mesmo como fonte material e não-formal do direito, assim como postulado por Ricardo Mendes Antas Jr., remetemo-nos às decisões sobre as políticas de produção do território associadas aos agentes hegemônicos da regulação social (ANTAS JR.,

³ A Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, a qual estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, retirou, entre outros poderes, a autonomia do CONSEA de convocar novas conferências nacionais com foco na segurança alimentar e nutricional. Cabe ressaltar que o CONSEA era um órgão que integrava Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). No entanto, apesar de tal Medida não extinguir o colegiado, o CONSEA não figura mais na estrutura da Presidência da República, nem mesmo compõe o SISAN.

⁴ O PAA, instituído em 2003 por meio do art. 19 da Lei nº 10.696, é considerado uma ação estruturante do programa Fome Zero e um instrumento importante para a comercialização de alimentos dos pequenos produtores rurais com a dispensa de licitação. Nesse sentido, tem o intuito de incentivar a agricultura familiar, além de compreender ações relativas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. Cabe ressaltar que o PAA recebeu maior aporte em 2012, totalizando aproximadamente R\$ 1,2 bilhão de recursos, sendo reduzido em 2018 para cerca de R\$ 300 milhões (PERIN ET AL, 2021).

2005). De tal modo, apreendemos as normas políticas, materializadas em formas jurídicas e sociais, como relações de cooperação e disputa entre os agentes.

O conceito de formação socioespacial permite que analisemos não apenas as formações econômicas e sociais e as possibilidades da totalidade e suas frações, mas também o arranjo espacial como elemento de tais possibilidades e função para as especificidades e diferenciação entre os lugares. Partimos do entendimento de que as formas espaciais atreladas as técnicas correspondem a um predicado produtivo de um espaço e a função de seu arranjo espacial se compreende pela função na totalidade, realizando-se a cada momento histórico (SANTOS, 1979).

Para apreendermos, deste modo, a alimentação e a fome como forma-conteúdo, tratamos o processo de construção de políticas de alimentação e nutrição no território brasileiro como densidades normativas, provenientes da relação entre agentes não-hegemônicos e hegemônicos estabelecida na interação de sistemas de objetos e sistemas de ações (ANTAS JR., 2005).

Em 2020, com a pandemia da COVID-19, a insegurança alimentar grave aumentou 19% nos domicílios onde algum morador perdeu seu emprego ou adquiriu algum tipo de dívida. As desigualdades regionais brasileiras foram reforçadas, de tal modo, que as regiões Norte e Nordeste apresentaram os maiores números de endividamento e de perda de emprego e renda.

Com a pandemia da COVID-19, a redução da SA foi ainda mais evidente e em menor intervalo, assim, entre 2018 e 2020, atingiu-se o percentual de SA de 44,8% da população brasileira. Portanto, cerca de 116 milhões de brasileiros conviveram com algum grau de insegurança alimentar, em 2020. Ou seja, em números percentuais, 55,2% da população brasileira conviviam com algum grau de insegurança alimentar (REDE PENSSAN, 2021).

Vale destacar a política de transferência de renda, intitulada Programa Auxílio Emergencial, iniciada em abril de 2020, e que propunha o amparo à população mais vulnerabilizada durante o período pandêmico. Entretanto, apesar do auxílio emergencial, verificou-se uma queda, ainda maior que nos períodos anteriores, dos índices de SA.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal”, publicado em 2000, Milton Santos considera que vivemos um período de pobreza estrutural globalizada, a qual resulta de um sistema de ação intencional, sendo, portanto, efeito “da convergência de causas que se dão em diversos níveis, existindo como vasos comunicantes e como algo racional, um resultado necessário do presente processo, um fenômeno inevitável” (SANTOS 2001, p. 72).

Dessa maneira, Milton Santos apresenta a noção de naturalização da pobreza, politicamente dada através dos agentes globais e dos governos nacionais. No mesmo sentido, considera que os pobres são nem incluídos, nem marginais, são tão somente excluídos (SANTOS, 2001). Essa “fábrica de perversidade” que é imposta pela globalização e que se impõem como “perversidade sistêmica” delinea a fome como um dado generalizado e permanente, o desemprego torna-se crônico, aumenta-se a pobreza e a precarização das classes médias.

Tal perversidade se permeia pelos comportamentos competitivos, como condição absoluta, e pelas ações hegemônicas e, para tanto, aquilo que se apresenta como ideal de democracia plena, passa a ser substituído pela democracia de mercado.

A democracia do mercado acelera ainda mais uma produção artificial de necessidades e, aquilo que é produzido, seja necessária ou desnecessariamente, é desigualmente distribuído. Milton Santos, ao discutir sobre o emaranhado de técnicas do período atual, ressalta que as mesmas não são homogêneas e que as técnicas hegemônicas se dão em redes, de maneira solidária. Esse é o chamado reino dos artifícios, o qual estamos imersos e envoltos de técnicas. A racionalidade da produção de coisas e necessidades, produzindo uma racionalidade hegemônica, também é a produção de carências e de escassez (SANTOS, 2001).

A redução da produção local de alimentos e o aumento da população improdutiva na cidade e no campo, traz diversas consequências. Milton Santos relata a pressão sobre os preços dos alimentos e a necessidade, em períodos de escassez, em recorrer à alimentos de outras regiões ou outros países. Também cita a publicidade ligada ao comércio internacional agindo para a incorporação de sabores e mercados distantes (SANTOS, 1969).

Para Denise Elias, a reestruturação produtiva da agropecuária no território brasileiro atinge tanto a base técnica quanto a econômica e social do setor, exercendo efeitos sobre os espaços agrícolas e urbanos (ELIAS, 2012). Neste artigo, Denise Elias, assinala a intensificação da forma capitalista de produzir na agropecuária, em que alguns pontos luminosos são imersos em procedimentos e métodos científicos possibilitando a sua incorporação à produção e consumo globalizados. Do mesmo modo, também apresenta a “forma socialmente excludente e espacialmente seletiva” de uma revolução tecnológica promovida no campo.

O que se tem, portanto, é a evidência de uma relação basilar entre a produção recorde do agronegócio e, ao mesmo tempo, o crescimento do número de famélicos. Tem-se a produção alimentar excedido a necessidade alimentar. “Portanto, a questão não é técnica, é de economia política, de distribuição do poder e da riqueza” (SANTOS, 2003, p. 313). Reforçamos, por fim, o sentido da escassez produzida.

REFERÊNCIAS

AGROSAT. MAPA – **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**: estatísticas de comércio exterior do agronegócio brasileiro. Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro. 2022. Disponível em: <http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>. Acesso em: 12 fev. 2022.

ANTAS JUNIOR, Ricardo Mendes. **Território e regulação**: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005. 248 p.

BRASIL. **Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 de julho de 2003.

BRASIL. **Medida Provisória n. 870, de 1º de janeiro de 2019**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 1 jan. 2019.

ELIAS, Denise. ENSAIOS SOBRE OS ESPAÇOS AGRÍCOLAS DE EXCLUSÃO. **Revista Nera**, [S.L.], n. 8, p. 29-51, 29 maio 2012. Revista NERA. <http://dx.doi.org/10.47946/rnera.v0i8.1442>. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1442/0>. Acesso em: 08 jan. 2022.

ELIAS, Denise. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. **Geosp Espaço e Tempo (Online)**, [S.L.], v. 25, n. 2, p. 182640-182640, 12 ago. 2021. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2021.182640>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/182640>. Acesso em: 30 ago. 2021.

ELIAS, Denise. PENSANDO A OPERACIONALIZAÇÃO DE ESTUDOS SOBRE CIDADES DO AGRONEGÓCIO. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 18, n. 1, p. 144-164, 7 jan. 2022. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/tamoios.2022.63811>.

FPA. Frente Parlamentar da Agropecuária. **História da FPA**. 2022. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/historia-da-fpa/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: segurança alimentar: 2004**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/segalimentar/suguranca_alimentar2004.pdf>. Acesso em: 22 set. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: segurança alimentar: 2004/2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv47241.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: segurança alimentar: 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101749.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil**. IBGE, 2021. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101704.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2021.

KRETER, Ana Cecília; PASTRE, Rafael. **Comércio exterior do agronegócio: balanço de 2021 e perspectivas para 2022**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/01/comercio-exterior-do-agronegocio-balanco>. Acesso em: 27 jan. 2022.

PERIN, Gabriela *et al.* **A evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise da sua trajetória de implementação, benefícios e desafios**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2021. Texto para Discussão No. 2691.

REDE PENSSAN, Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. **VIGISAN: Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

SANTOS, Milton. Alimentation urbaine et planification régionale en pays sous-développé. **Tiers-Monde**, [S.L.], v. 10, n. 37, p. 95-114, 1969. PERSEE Program. <http://dx.doi.org/10.3406/tiers.1969.2484>.

SANTOS, M.. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Guerra dos lugares**. Folha de S.Paulo, Caderno Mais, 8 ago. 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 8, n. 1, p. 309-314, 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232003000100024>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232003000100024&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 jun. 2020.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século xxi. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SOUZA, Maria Adélia de. **Globalização e efeitos perversos**: Relendo a Geografia da Fome. Texto elaborado para o I Encontro Nacional da ANPEGE – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, realizado em Aracaju, de 5 a 9 de setembro de 1995